

A AGROECOLOGIA URBANA: A TRAJETÓRIA E AS EXPERIÊNCIAS DO ARQUITETO URBANISTA ALEXANDRE RAMOS

URBAN AGROECOLOGY: THE JOURNEY AND EXPERIENCES OF ARCHITECT AND URBAN PLANNER ALEXANDRE RAMOS

AGROECOLOGÍA URBANA: EL RECORRIDO Y LAS EXPERIENCIAS DEL ARQUITECTO URBANISTA ALEXANDRE RAMOS

Rachel de Castro Almeida¹

Ingrid Rafaelle Resende Martins²

Ysley dos Santos Gonçalves³

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2025v32n46p148-156

Resumo

Nesta entrevista com o arquiteto e urbanista Alexandre Ramos, discutimos agroecologia urbana, soberania alimentar e os desafios da atuação profissional. A partir de suas experiências em Recife, ele demonstra como a agroecologia urbana pode articular políticas públicas, reconfigurar espaços urbanos e promover justiça socioambiental. Destaca-se, ainda, o papel do arquiteto urbanista como mediador de territórios, saberes e práticas transformadoras, reforçando a relevância de uma formação crítica desde os primeiros anos da graduação

Palavras-chave: agroecologia urbana, soberania alimentar, justiça socioambiental, ensino de arquitetura e urbanismo.

Abstract

In this interview with architect and urban planner Alexandre Ramos, we explore urban agroecology, food sovereignty, and the challenges of professional practice. Drawing on his experiences in Recife, he shows how urban agroecology can inform public policy, reshape urban spaces, and advance socio-environmental justice. The interview also highlights the role of architects and urban planners as mediators of territories, knowledge, and transformative practices, emphasising the importance of critically reflective training from the very beginning of architectural education.

Keywords: urban agroecology; food sovereignty; socio-environmental justice; urban studies education

Resumen

En esta entrevista con el arquitecto y urbanista Alexandre Ramos, exploramos la agroecología urbana, la soberanía alimentaria y los desafíos del ejercicio profesional. A partir de sus experiencias en Recife, muestra cómo la agroecología urbana puede nutrir las políticas públicas, reconfigurar los espacios urbanos y promover la justicia socioambiental. La entrevista también subraya el papel de los arquitectos y urbanistas como mediadores de territorios, saberes y prácticas transformadoras, enfatizando la importancia de una formación crítica y reflexiva desde el inicio de la carrera de arquitectura.

¹ Arquiteta e Urbanista, mestre e doutora em Ciências Sociais (PUC Minas), pós-doutora em Sociologia (Universidade Nova de Lisboa), rachel@pucminas.br.

² Estudante Arquitetura e Urbanismo PUC Minas, ingridrafaelle2021@gmail.com

³ Estudante Arquitetura e Urbanismo PUC Minas, ysley.santos@gmail.com

Palabras clave: agroecologia urbana, soberania alimentaria, justicia socioambiental, enseñanza de la arquitectura y el urbanismo.

A disciplina Arquitetura e Ambiente, ofertada no 1º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, propõe uma formação inicial crítica e sensível às questões socioambientais. Inserida no eixo de planejamento urbano e ambiental, ela articula ensino, pesquisa e extensão ao incentivar os estudantes a refletirem sobre os desafios contemporâneos das cidades e sobre o papel dos arquitetos urbanistas.

Como parte das atividades da disciplina, os estudantes escolhem um tema socioambiental urbano, investigam ações em diferentes escalas urbanas e entrevistam profissionais da área que atuam diretamente nessas iniciativas. Neste trabalho, abordamos a agroecologia urbana e suas conexões com a Arquitetura e o Urbanismo, com foco na construção de cidades mais sustentáveis, justas e resilientes.

Entrevistamos o arquiteto e urbanista Alexandre Sávio Pereira Ramos, cuja trajetória combina atuação técnica e compromisso com justiça social e ambiental. Suas experiências em planejamento urbano, gestão ambiental e agricultura urbana oferecem contribuições valiosas para refletir sobre as interfaces entre espaço urbano, soberania alimentar e políticas públicas.

Alexandre é mestre em Tecnologia Ambiental pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), especialista em Gestão de Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Servidor da Agência Pernambucana de Água e Clima, atuou em diversas funções estratégicas, como Assessor da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, Gerente Geral de Sustentabilidade da Prefeitura do Recife, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe e Gerente de Planejamento, Orçamento e Gestão do ProRural – programa estadual voltado ao fortalecimento da agricultura familiar. Atualmente, atua na gerência de projetos do Instituto Comida do Amanhã. Além disso, atuou como professor de disciplinas de urbanismo na Faculdade Guararapes, na FOCCA e na UniFavip.

Diante dos desafios urbanos contemporâneos – como a insegurança alimentar (ou como diria o próprio professor Alexandre Ramos, o dragão da fome), a degradação ambiental e as desigualdades socioespaciais –, torna-se imprescindível pensar em estratégias integradas de planejamento e gestão que promovam um desenvolvimento urbano mais justo, sustentável e resiliente. É nesse cenário que a agroecologia urbana se apresenta como uma abordagem estratégica e interdisciplinar, cuja importância transcende a dimensão agrícola.

A agroecologia urbana promove circuitos locais de produção e distribuição de alimentos, reduzindo a dependência de cadeias longas e insustentáveis. Além disso, contribui para a geração de trabalho e renda, a educação ambiental, a promoção da saúde, o fortalecimento da economia circular e a

valorização dos saberes tradicionais. Ao integrar diferentes dimensões – ecológica, social, econômica e cultural –, favorece a construção de redes territoriais solidárias e fomenta espaços de sociabilidade, aprendizagem coletiva e participação cidadã.

Hortas urbanas, quintais produtivos, jardins comestíveis e outros espaços de cultivo se tornam não apenas alternativas ao modelo urbano vigente, mas também dispositivos que promovem a cidadania, a soberania alimentar e o vínculo com o território. Tais práticas exigem, contudo, um suporte institucional que articule políticas públicas de diferentes áreas – como saúde, educação, meio ambiente, assistência social e planejamento urbano.

Nesse contexto, o papel do arquiteto urbanista é fundamental. Com uma formação que alia técnica e sensibilidade social, esse profissional pode contribuir de forma decisiva para a concepção de espaços adequados à prática agroecológica, para a mediação entre escalas (do local ao metropolitano) e para a formulação de políticas públicas integradas. Sua atuação é essencial na promoção de uma visão sistêmica do território, que reconheça a centralidade da sustentabilidade socioambiental na produção e gestão das cidades.

Compreender a agroecologia urbana como parte de uma agenda comprometida com a justiça ambiental, a equidade e o bem-estar coletivo é um passo importante para a construção de cidades mais saudáveis, democráticas e resilientes. Trata-se de uma prática que integra saberes, territórios e agentes, abrindo caminhos para a transformação urbana a partir da base, da terra e da vida cotidiana. A seguir, compartilhamos os principais pontos de nossa conversa com professor Alexandre Ramos, que gentilmente nos concedeu esta entrevista e nos proporcionou reflexões fundamentais sobre o tema.

IRRM: *Gostaríamos de saber como surgiu o seu interesse em atuar na agroecologia urbana e soberania alimentar.*

Alexandre Ramos: Sou arquiteto e urbanista e, desde a graduação, venho me dedicando à temática do rural. Meu envolvimento com essa área começou ainda durante a formação, quando passei a acompanhar de perto a realidade de alguns assentamentos, a partir de 1996. Depois, fui gerente do programa que trata da agricultura familiar do estado de Pernambuco atuando no território do estado inteiro, gerente de planejamento do orçamento e gestão. Em seguida, dirigi-me para a Secretaria de Meio Ambiente do Recife, onde então assumi o cargo de gerente geral de sustentabilidade e a pasta de educação ambiental. Entre as outras coisas relacionadas à sustentabilidade e na temática da educação ambiental, nessa época, nós conseguimos trabalhar com 46 escolas implantando hortas escolares e fizemos o desenho de um programa de agricultura urbana no município do Recife. Isso aconteceu há cerca de oito anos. Quando o prefeito atual assumiu, quatro anos atrás [2020], e viu o programa de agricultura urbana que havíamos estruturado, decidiu criar uma secretaria

específica a partir dele. Digo "nós" porque o programa foi desenhado por mim e junto com um colega da área de segurança alimentar e outro do planejamento urbano.

YG: *Como foi a sua experiência ao elaborar esse plano alimentar? Foi muito desafiador ou você teve apoio e colaboração dessas pessoas?*

Alexandre Ramos: Nós desenhamos um programa de agricultura urbana juntando três secretarias: Planejamento Urbano, Meio Ambiente – da qual eu fazia parte – e Assistência Social, o setor responsável pela insegurança alimentar. Esse plano foi desenhado nos dois primeiros anos da gestão passada, mas acabou não sendo executado, porque não foi encaminhado para a execução.

Quando o prefeito da época estava terminando o mandato e João Campos foi eleito e retomou esse programa de agricultura urbana – que desde o início tinha uma proposta intersetorial – e transformou em uma Secretaria Executiva de Agricultura Urbana. Eu também atuei como gerente dessa secretaria. Lá, construímos o Plano Municipal de Agroecologia Urbana, tentando ao máximo unir as diversas secretarias e considerar os múltiplos aspectos da agricultura urbana. Porque, afinal, agricultura urbana é muito mais do que simplesmente plantar hortas.

IRRM: *Como os instrumentos urbanísticos (plano diretor e leis de zoneamento) podem favorecer a implementação da agroecologia urbana, como você citou no seu livro Agroecologia urbana e sistemas alimentares circulares?4:*

Alexandre Ramos: São duas ideias bem distintas. Os instrumentos urbanísticos têm um potencial gigantesco quando falamos da função social da propriedade. Esse termo – função social da cidade e da propriedade – pode soar meio abstrato para quem não é da área da arquitetura. Mas, na prática, poderíamos garantir a efetivação desses conceitos a partir da leitura urbana. Ou seja, há a possibilidade de destinar imóveis e terrenos para cumprir essa função social, tanto da propriedade quanto da cidade.

Isso pode ser feito, por exemplo, com a agricultura urbana, seja de forma permanente ou temporária – e já há vários municípios colocando isso em prática. No caso do Recife, o Plano Diretor atual não traz nenhum instrumento voltado para a agricultura urbana. No plano anterior, havia um capítulo curto mencionando a necessidade de se disponibilizar terrenos na cidade para garantir a produção de alimentos. Mas no plano atual não há nenhuma menção ao tema.

Além disso, nenhum instrumento de planejamento urbanístico vem sendo aplicado com esse foco, embora existam propostas em andamento dentro da Prefeitura, como o IPTU progressivo. Por isso, vejo a ausência de instrumentos voltados à agricultura urbana como um grande desafio. O planejamento urbano do Recife, hoje, não incorpora essa pauta.

Inclusive, naquele trecho do documento eu falo justamente sobre isso: da importância de incorporar o tema ao planejamento urbano. Porque há muita coisa acontecendo na cidade – iniciativas

inspiradoras, inovações reais – mas o planejamento urbano ainda não consegue enxergar o potencial que tudo isso tem para contribuir com a sustentabilidade.

IRRM: *Nesse contexto, qual a importância dos vazios urbanos?*

Alexandre Ramos: Na verdade, o que chamamos de “vazio urbano” no mapa sempre tem um dono – mesmo quando é de responsabilidade do poder público. Dentro da estrutura pública, há sempre uma secretaria específica que se considera “dona” daquele vazio, e muitas vezes, dentro do seu micropoder, acredita que a agricultura urbana não deveria acontecer ali.

Há vários exemplos disso no Recife. Terrenos de dois hectares da Prefeitura, ociosos, com o mato tomando conta, e a gente sem poder ocupar com horta, compostagem e outras atividades, por mais tempo, por conta de um projeto educacional ou de habitação. E o mais curioso: é um terreno que nem sequer tem projeto aprovado, não tem recurso destinado, nem licitação em andamento – absolutamente nada. E a previsão para tudo isso sair é de, no mínimo, cinco anos.

Em um terreno de dois hectares, conseguiríamos produzir, por ano, pelo menos oitenta toneladas de alimentos. Em cinco anos, seriam quatrocentas toneladas produzidas num espaço que permanecerá ocioso simplesmente porque acreditam que, um dia, haverá um conjunto habitacional ou uma escola ali. Esse é o tipo de impasse que os micropoderes produzem.

YG *Pensar em rever as leis para os locais temporários nesses espaços e depois convertê-los em espaços que pudessem ser permanentes.*

Alexandre Ramos: Curitiba já se faz isso, e em Belo Horizonte também. Tem alguns outros municípios que já estão avançando nesse sentido.

YG: *Na sua opinião, quais as alternativas que temos ao ampliar a disponibilidade do acesso à água nesses espaços?*

Alexandre Ramos: São perguntas muito difíceis. Eu passei três anos na Prefeitura e não consegui resolver isso. Hoje não estou mais lá, mas diria que, em primeiro lugar, é preciso haver um instrumento legal, porque isso facilita muito a efetivação da função social da terra voltada para a agricultura urbana. Uma lei, um decreto ou até mesmo uma portaria municipal que autorize esse tipo de ação e defina como ela deve acontecer.

Voltando ao exemplo de Belo Horizonte, o desenho institucional está muito claro: se a Prefeitura precisar do terreno de volta, a pessoa que está na horta terá que sair. Elas assinam um termo se comprometendo com o uso temporário, então já têm consciência de que podem ser retiradas a qualquer momento.

A questão da água é outro grande desafio, mas, na verdade, eu diria que o desafio maior é a tecnologia. A horta e a atividade agrícola como um todo exigem trabalho diário, atenção constante.

Mas com o uso de tecnologia é possível, sim, reduzir esse esforço. Por exemplo, há sistemas de irrigação automatizada. Também há mecanização adaptada à escala urbana – já existem microtratores e equipamentos elétricos que facilitam muito o manejo, o que seria fundamental para quem ainda depende da enxada manual. É um trabalho pesado, mas que pode ser facilitado.

A água está dentro desse contexto tecnológico. É plausível captar água de chuva - Recife é uma cidade que chove o ano todo. Outra estratégia que usamos lá foi a implantação de sistemas de aquaponia – que unem a criação de peixes com a irrigação. Essa água, além de ser reaproveitada, já sai adubada, pois contém material orgânico do peixe e da ração, rica em nitrogênio e potássio.

Vejo que é um desafio integrar esses sistemas de forma a garantir economia de água. O sistema irrigado automatizado pode diminuir significativamente consumo de água, utilizando o gotejamento, pelo que experimentamos no Recife.

YG: *Interessante o que você comentou sobre a aquaponia.*

Alexandre Ramos: A Embrapa junto com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) no âmbito das políticas de combate à fome irá implantar trezentos sistemas no Brasil chamado de sistema integrado - galinha, peixe e horta - para as áreas urbanas. Nesse sistema o dejetos da galinha serve de alimento para o peixe e os seus resíduos vão para a irrigação, de forma integrada. Para pesquisar sobre é só buscar por sisteminhas da Embrapa.

IRRM: *Em 2023, participei de um projeto de extensão em que meu grupo e eu tivemos contato com uma horta localizada em Varginha, no sul de Minas. O projeto tinha como objetivo propor soluções acessíveis para os responsáveis pela horta, que nos relataram o quanto é trabalhoso cuidar daquele espaço – que tem cerca de 2 hectares – e as dificuldades enfrentadas, especialmente na contratação de mão de obra. Eles comentaram que faltam atrativos que ajudem a valorizar e potencializar esses espaços de cultivo. Então, a partir dessa vivência, queria perguntar: como você vê a possibilidade de potencializar esses espaços e atrair mão de obra para a agricultura urbana?*

Alexandre Ramos: É importante, antes de tudo, estabelecer a cultura. No caso do Recife, vejo duas entradas: a primeira são as escolas, porque vejo que elas têm um potencial de fortalecer essa cultura nas cidades. Temos creche e escola de ensino médio produzindo uma co-produção significativa para a subsistência de alguns alunos que estavam cultivando na cidade.

A segunda são as relações comunitárias, sobretudo com as mulheres, que desenvolvem esse interesse em agricultura urbana, mas no sentido de ter uma atividade para sair de casa e ter uma habilidade onde elas possam conversar e trocar. A agricultura urbana é muito mais do que produção. É um espaço de convivência e também de afirmação das mulheres na cidade, por exemplo. Eu até chamo de espaço de lazer, porque é o lazer de algumas pessoas. A intenção não é vender alimento, mas muito mais ter uma atividade de lazer.

Há muitos casos, e no Recife sempre trabalhamos por demanda – de quem manifesta o interesse. Em Belo Horizonte tem um edital dizendo quais são as áreas disponíveis e em que há interesse para produzir nelas. É um caminho legal. Isso é diferente de chegar em uma comunidade, numa associação de moradores, por exemplo, e dizer que eles devem produzir uma horta, agricultura, compostagem... A tendência é isso dar errado quando se estimula um grupo que não demandou que isso fosse feito. Essa cultura precisa ser institucionalizada.

Acredito que vale a pena pesquisar Rosário, na Argentina, onde há uma experiência consolidada de agricultura urbana, com uma política de 20 anos que incentiva – então isso já virou natural, as pessoas já se cativam por isso. Outro exemplo: depois da saída das fábricas de Detroit, na penúltima crise que teve nos Estados Unidos, a população da cidade caiu pela metade, apareceram muitos vazios urbanos, e estavam sem uso. Então alguns indivíduos começaram a plantar, e isso virou uma febre. Havia uma necessidade de se ter renda, e isso virou um fenômeno em cadeia.

Mas, cada caso é um caso. Cada realidade, cada conjuntura vai dizer como isso vai acontecer. Em Havana, em Cuba, teve uma crise nos anos 70 e 80 de alimentação, e eles conseguiram fazer com que 60% do alimento consumido fosse produzido na própria cidade. Então foi uma conjuntura para plantar e acabar com a fome na cidade.

YG: *Mais uma vez fazendo referência ao seu livro, que de fato muito nos inspirou, você comenta brevemente sobre a questão orçamentária e queríamos saber a sua opinião sobre por que esse aspecto costuma ter tão pouca visibilidade quando se trata desse tema?*

Alexandre Ramos: Porque o orçamento é uma grande briga, e ele é sempre disputado pelas grandes obras. A agricultura urbana tem resultados rápidos, concretos e é barata. Determinados alimentos são produzidos em apenas dois meses. Basicamente, precisa-se de assistência técnica, terreno e um pouco de insumos. Porém, a política pública está sempre voltada para as grandes obras e para a liberação de recursos em larga escala. Quando eu estava no órgão do estado, a Pró-Rural, voltada para a agricultura familiar, o pessoal da secretaria da fazenda reclamava porque eu tinha 70 milhões por ano para distribuir no estado de Pernambuco, com duzentos a trezentos contratos de duzentos mil a trezentos mil reais sendo executados anualmente. Eles diziam que seria melhor fazermos contratos de 20 milhões do que espalhar o dinheiro dessa forma, porque é trabalhoso e burocrático efetuar muitos pagamentos, além da fiscalização e do acompanhamento. Então, o pensamento está sempre voltado para grandes obras. Do ponto de vista das prefeituras, há ainda a questão política. A agricultura urbana não tem visibilidade política, e o volume de recursos costuma ser destinado à pavimentação de ruas, esgotamento sanitário, abastecimento de água, creches, hospitais e outras áreas. Logo, diante da pressão da sociedade por tantas outras demandas, a agricultura urbana acaba ficando invisível.

YG: *Justamente como você comentou, a cultura é uma questão tradicional nossa. Se essa valorização estivesse presente nesse campo, as pessoas teriam maior interesse político.*

IRRM: *Quais são as oportunidades de atuação do arquiteto e urbanista dentro da agroecologia urbana?*

Alexandre Ramos: Acredito que seja infinito. Pois você irá captar tanto o planejamento urbano como o desenho urbano, o desenho da horta, do projeto arquitetônico, da casinha de apoio e da calçada que chegará lá, do paisagismo. Por exemplo, tem um mega projeto de paisagismo que o prefeito fez aqui para a entrada da cidade, e estamos discutindo com ele para não plantar grama e, no lugar, colocar batata-doce, taioba e outras plantas que possam criar um paisagismo comestível. Na cidade de Maricá, todas as praças têm canteiros comestíveis. O arquiteto e urbanista pode trabalhar tanto no planejamento como no detalhamento do desenho urbano e até do depósito e dos sanitários. E tem uma série de aspectos culturais em que o olhar do afeto é importante, que vai além do olhar do engenheiro agrônomo ou do técnico de agroecologia, que estará focado na produção. É sempre bom ter alguém de fora que observe todos esses aspectos culturais para ampliar a diversidade desse espaço de produção. Na secretaria em que trabalhava, estava como gerente e não como arquiteto, e lá sempre tivemos estagiários da arquitetura que entravam nesse território e traziam um olhar muito mais cultural sobre os aspectos sociais – de como potencializar as relações dentro de um espaço produtivo comunitário, de terreiro e outros mais

YG: *Há algo mais que gostaria de acrescentar?*

Alexandre Ramos: Vejo que temos que pensar a agroecologia urbana nas suas múltiplas possibilidades. Quando falamos em agricultura urbana, estamos sempre falando de horta, mas, por exemplo, podem ser sistemas agroflorestais urbanos, pode ser compostagem. Ela precisa estar atrelando tudo isso para fechar os sistemas alimentares circulares. Isso vai desde a produção de alimento, consumo e reciclagem do que sobra. Nesse sentido, é muito mais do que isso. É uma atividade que pode ser econômica e também de lazer, uma atividade de convivência e de saúde da população. Então, há muitos aspectos que precisam ser abordados quando se fala de agroecologia urbana. Não é uma questão da população pobre. Quem mora em apartamento também pode fazer agricultura urbana. No meu apartamento, por exemplo, tenho um minhocário que destina os resíduos orgânicos. Caso 50% da população fizesse isso, mais de 70% desses resíduos deixariam de ir para o aterro sanitário todos os dias. Teríamos terra à vontade sendo produzida no Recife para todos produzirem. Em uma família de 4 pessoas, distribuiríamos terra e biofertilizantes – no México, isso já está dentro da conta para consumir tudo.

Para acessar o Plano Municipal de Agroecologia Urbana de Recife, vão no Instagram e pesquisem por <https://www.instagram.com/agroecologia.recife/>. Lá temos o link para o Plano Municipal de Agroecologia. Acredito que vale a pena vocês acessarem e verem como é. Inclusive, o Plano relaciona essa temática com outras, comenta sobre os ODS, a relação do município com outros planos existentes. Vocês conseguem abrir esse Plano e também o balanço das ações desenvolvidas

pela secretaria, para se ter uma dimensão da multiplicidade de ações quando se fala em agroecologia urbana.

Expressamos nosso sincero agradecimento ao arquiteto Alexandre Ramos por compartilhar sua trajetória e reflexões sobre agroecologia urbana e soberania alimentar. Sua fala não apenas ampliou nosso entendimento sobre os desafios e potenciais dessa prática nas cidades, como também evidenciou o papel transformador que o arquiteto urbanista pode assumir na articulação entre território, política pública e justiça socioambiental.

Ao revelar a complexidade e a potência das iniciativas de agroecologia urbana, a entrevista nos convida a repensar o projeto urbano a partir da terra, da coletividade e da vida cotidiana. Mais do que uma alternativa técnica, a agroecologia urbana se apresenta como campo ético e político de atuação, que exige sensibilidade, escuta e compromisso com a construção de territórios.

Nesse sentido, reafirmamos a importância de formar profissionais capazes de integrar diferentes saberes e de atuar com responsabilidade social e ambiental – arquitetos e urbanistas comprometidos não apenas com o espaço construído, mas com a dignidade das vidas que o habitam.